

RS Seguro mostra os bons resultados na gestão da segurança com visão social

O programa elaborou um diagnóstico com um olhar para aspectos sociais e econômicos, com base no tripé integração, inteligência e investimento qualificado

Fernanda Bestetti de Vasconcellos e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo
24 de março de 2021

DIVULGAÇÃO/SSP-RS



Série de vídeos conta com informações sobre serviços de todas as áreas vinculadas à Segurança Pública

Quando assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite (PSDB) encontrou uma situação nada favorável na segurança pública. As taxas de homicídio haviam alcançado patamares inéditos no estado, chegando a 29,3 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2017, segundo o [Atlas da Violência](#). A errática gestão da segurança no governo Sartori (MDB) deixava também como legado a falta de integração entre as polícias, um sistema carcerário em colapso, com presos permanecendo por dias em viaturas policiais, a redução do efetivo policial e acenos ao populismo punitivo, com a condecoração de policiais que haviam utilizado a força letal em serviço, mesmo com evidências de excessos praticados.

Leite delegou ao vice-governador, o delegado Ranolfo Vieira (PTB), a tarefa de coordenar as ações nesta área crítica, atribuindo a ele o cargo de Secretário de Segurança Pública. E com base na experiência como prefeito da cidade de Pelotas, apontou desde o início o caminho da gestão por evidências e da aposta na prevenção para a redução das estatísticas criminais.

No comando da secretaria, e tendo como chefe de polícia a primeira mulher a assumir o cargo, a delegada Nadine Anflor, com experiência no enfrentamento da violência contra a mulher e na condução dos interesses associativos da categoria, Ranolfo encarregou o delegado Antônio Carlos Padilha de coordenar o Programa RS Seguro, em torno do qual foram elaborados o diagnóstico da situação no estado, as premissas de atuação na segurança pública, voltadas para a ideia da violência como questão não apenas de segurança, mas também social e econômica, e o plano de ação, com base no tripé integração, inteligência e investimento qualificado, com planejamento de curto, médio e longo prazos.

Diante de uma situação de reduzida capacidade de investimento, o plano afirmava que políticas públicas não poderiam estar baseadas exclusivamente na expansão do gasto público, o que implicava em priorizar políticas públicas com maior retorno social.

Neste sentido, foi apresentado um programa transversal, com iniciativas em quatro eixos: combate ao crime nos municípios com maiores índices de violência, especialmente homicídios; políticas sociais de caráter preventivo em bairros com altos índices de violência e maior vulnerabilidade social; qualificação do atendimento ao público; e ampliação e adequação das vagas no sistema prisional colapsado.

Foram priorizados 23 municípios, que concentram 49% da população do estado, 72% das mortes violentas, 91% dos roubos de veículos e 90% dos roubos a pedestres no período de 2009 a 2018. Em cada um deles, foram implementadas ações nos quatro eixos. No eixo do combate ao crime, foi dada prioridade para a gestão estatística em segurança pública (GESeg), a criação de Áreas Integradas de Segurança Pública, assim como um plano de reposição do efetivo.

A gestão foi construída em torno de reuniões estruturadas para a análise semestral e mensal de indicadores, a identificação de pontos de atenção, a priorização de problemas e a elaboração de planos de ação, com participação da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto Geral de Perícias, Polícia Civil, Detran, Secretaria de Administração Penitenciária e convidados externos, em cada um dos municípios priorizados. Também foi criado um colegiado de governo, com mais de 300 participantes, para avaliação conjunta da evolução dos indicadores nos 23 municípios.

Entre as principais iniciativas, importante destacar também a compatibilização das áreas de atuação das polícias civil e militar com as Áreas Integradas de Segurança Pública como instrumento para ampliar a eficiência no combate integrado à criminalidade, qualificar e facilitar a troca de informações e corresponsabilização pela melhoria dos resultados. Sobre a recomposição do efetivo, foram garantidos um total de 7.471 novas contratações, entre os já efetivados e os previstos até 2022.

No âmbito das políticas sociais preventivas e transversais, foi definida como prioridade a questão da educação, tendo por base [nota técnica nº18/2016 do IPEA](#), que aponta que, para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há queda de 2% na taxa de homicídios. Além disso, homens com até 7 anos de estudo tem 15,9% mais chances de serem vítimas de homicídio do que os que chegam até a Universidade.

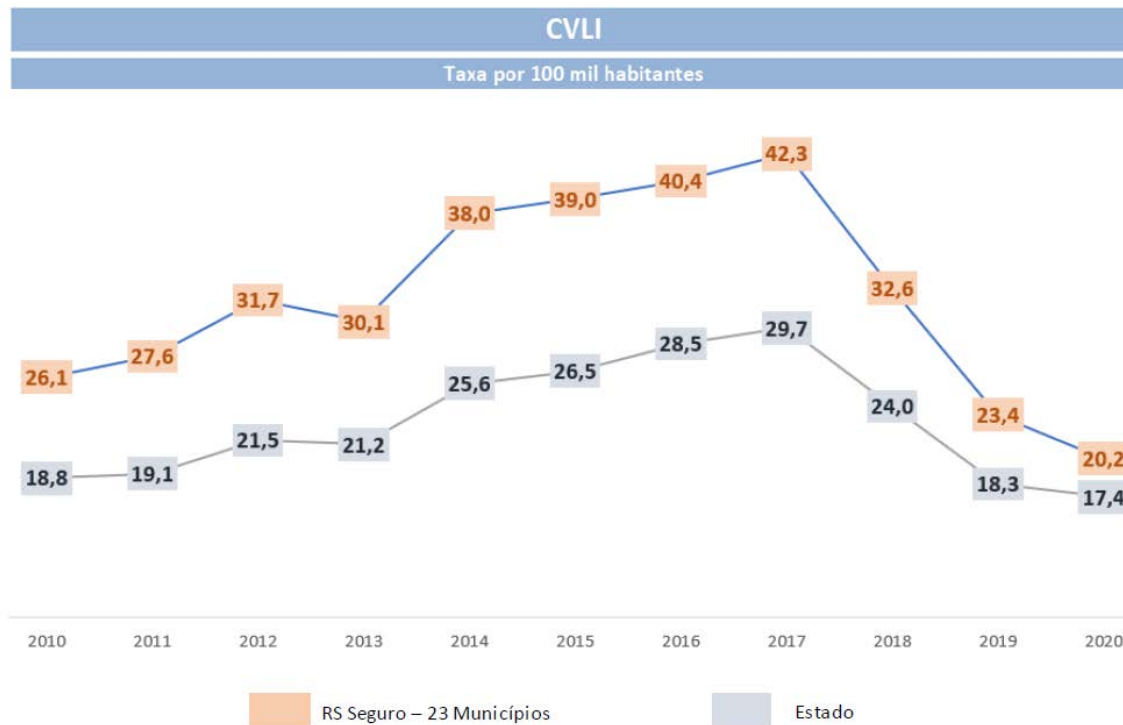
Tendo como foco 83 bairros e 196 escolas, com base em critérios de territorialidade, população e vulnerabilidade, vêm sendo tomadas iniciativas para a qualificação das escolas, com reforço do corpo docente e avaliação do desempenho dos alunos, buscando a redução do abandono escolar, também via implantação de projetos culturais, com participação de diversas secretarias de governo.

No eixo de qualificação do atendimento ao cidadão, diversas delegacias e batalhões vêm recebendo aporte para a implantação de novas sedes, parte delas já inauguradas. No âmbito da violência contra a mulher, cujos indicadores oferecem maior resistência para a redução a curto, médio e longo prazos, foi implantado, em agosto de 2020, o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com iniciativas para reforçar o monitoramento de agressores, ações nas escolas e criação de grupos reflexivos de homens agressores.

No âmbito do sistema prisional, que em março de 2021 apresenta um total de 42.640 presos, com déficit de 16.347 vagas, foi criada a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, a partir da qual se articulam iniciativas para a solução estrutural do déficit de vagas, o aprimoramento da gestão operacional, a classificação dos detentos, a ação sobre as facções prisionais, assim como o objetivo de nenhum preso em delegacia de polícia ou viatura e a expansão da plataforma de trabalho prisional e empregabilidade do egresso.

Mesmo no contexto da pandemia de Covid-19, os resultados obtidos, em termos de redução das estatísticas criminais, são bastante significativos, levando em conta que em nível nacional a média de homicídios e outros crimes têm subido, apesar das tentativas de manutenção do distanciamento social. Na comparação entre os anos de 2019 e 2020, houve queda de 5% do total de vítimas de crimes violentos letais intencionais em todo o estado, e de 14% nos 23 municípios abrangidos pelo RS Seguro. Analisando apenas os dados do mês de dezembro, a queda foi de 28% no estado, e de 34% nos municípios mais violentos. O resultado é uma taxa de 17,4 mortos por 100 mil habitantes no estado no ano de 2020.

Os roubos a pedestres também tiveram queda no comparativo entre 2019 e 2020, da ordem de 30% no estado e de 31% nos 23 municípios. Os roubos a veículos caíram 29% no estado e 30% nos 23 municípios, no mesmo período.



As iniciativas vinculadas ao Programa RS Seguro não são uma novidade. Já estiveram presentes em programas como o Pronasci, em nível federal, e em estados que implementaram programas voltados para a maior integração das polícias, com prestação de contas periódica e participação social na gestão da segurança, incorporação de outros órgãos para a implementação de políticas de prevenção à violência, valorização dos profissionais da segurança e ações de repressão baseadas em inteligência policial, qualificação da produção de dados e na aplicação da lei, garantindo a responsabilização criminal dos autores de delitos sem atropelar direitos e garantias.

No momento em que o discurso populista contra o crime ganha espaço no país, inclusive no interior das forças policiais, experiências como esta ganham ainda maior relevância, mostrando que é possível apresentar resultados na redução da violência e do crime com as ferramentas próprias da democracia.

Fernanda Bestetti de Vasconcellos

Socióloga, professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenadora do PPG em Segurança Cidadã da UFRGS e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do INCT-InEAC

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Sociólogo, professor titular da Escola de Direito da PUCRS, coordenador de Justiça e Segurança do IBCrim, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do INCT-Ineac e bolsista de produtividade em pesquisa 1D do CNPq

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/4ycdsh7zc2>

